



VIGILÂNCIA Universidade se comprometeu a pagar salários dos funcionários da terceirizada que enfrentará com problemas financeiros

Esalq rescindirá contrato com empresa

A Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) da USP (Universidade de São Paulo) rescindirá o contrato de terceirização com a empresa Vise, responsável pelos 220 vigilantes que trabalham no campus piracicabano. O motivo é a falta de CND (Certidão Negativa de Débito) da prestadora, o que impediu a universidade de fazer os repasses do contrato. Além disso, a empresa começou a não pagar os funcionários, obrigação que acabou sendo assumida pela Esalq para não haver prejuízo aos trabalhadores.

De acordo com o diretor admi-

nistrativo da coordenadoria do campus, Daniel Felipe de Camargo Franco, a justificativa da empresa para atrasar salários e não pagar benefícios como vale transporte é uma crise financeira, agravada pela falta de repasses não só da Esalq, como de outras entidades públicas para as quais também presta serviços. "A falta de regularidade fiscal impede o pagamento", esclarece Franco, informando que o contrato da Esalq é de R\$ 530 mil mensais.

É com esse dinheiro retido que a Esalq assumiu a folha de pagamento, que gira em torno de R\$ 300 mil de acordo com o Sindicato

dos Vigilantes de Piracicaba, que acompanhou as negociações. "Al-

**Empresa
presta
serviço na
Esalq há
oito anos**

guns vigilantes ainda estão com salário atrasado por problema de conta em banco, mas o pagamento será feito até hoje", garante o assessor do sindicato, Evaldo Pereira Batista Lima. Segundo ele, a prestadora de serviços está em dificuldades financeiras e vem perdendo

clientes do setor público.

As rescisões dos trabalhadores que venham a ser demitidos pela Vise também serão pagas pela universidade. No entanto, quem decidirá sobre demissões é a própria Vise, informa o diretor do campus. A universidade assumiu os salários a partir de junho, quando tomou conhecimento do problema enfrentado pelos vigilantes, e também arcará com o débito dos benefícios que não foram repassa-

dos. "A empresa vai levantar os valores para fazermos o pagamento com o crédito retido", informa Franco, dizendo, entretanto, que não foi estabelecido um prazo. "Dependemos da empresa encaminhar os documentos", disse.

Assim que o jurídico da universidade orientar formalmente a rescisão de contrato será feito um contrato emergencial para não interromper os trabalhos de segurança no campus. Franco explica que esse contrato pode vigorar por até 180 dias e paralelamente será aberta licitação para contratar uma empresa em definitivo. A única coisa que a universidade

não pode fazer, segundo ele, é garantir a contratação dos atuais vigilantes, como defende o sindicato. "A USP não pode interferir na contratação de funcionários, mas a nova empresa pode absorver esses trabalhadores por meio do sindicato", observa.

Com a rescisão de contrato, a Vise terá que arcar com uma multa de 20% sobre os serviços que deveriam ser prestados até 27 de dezembro, que é o prazo de vigência do contrato. A empresa atendida o campus piracicabano há oito anos, nunca registrou problema e não quis se pronunciar sobre o caso. (Patricia Vieitez)